



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 11/2010** -----

-----Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 26 de Abril de 2010, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.436.467,02 € (Um milhão, quatrocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e dois cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA-----

-----**1.1.1 – PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**-----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu ter conhecimento que no mandato anterior o ex-Presidente da Câmara havia solicitado aos serviços que fosse reformulada a questão que está prevista no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios relativamente ao afastamento de 50m entre a extrema do terreno da habitação, a qual tem estado a causar alguns entraves na construção de obras particulares. Assim questionou o Presidente da Câmara relativamente à previsão da aprovação desse normativo, sublinhando que tem sido abordado por diversos munícipes que lhe têm manifestado alguma preocupação pelo facto de não poderem avançar com as suas construções enquanto tal situação não estiver devidamente regulada pela autarquia. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara disse reconhecer que se trata de uma questão que efectivamente tem gerado alguma polémica entre os munícipes por se verificar que alguns deles não respeitam essa distância e que neste momento há um grupo de técnicos a preparar uma proposta para ultrapassar esse problema. -----

-----A pedido do Presidente da Câmara o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças teceu alguns esclarecimentos sobre esta matéria, dando conta que os técnicos responsáveis pela elaboração da referida proposta têm estado a preparar a sua reformulação no sentido de ser presente a reunião da Câmara Municipal. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara deu conta de que iria tomar todas as providências necessárias no sentido de agilizar este processo, reconhecendo que é uma situação que preocupa os munícipes, encurtando o referido afastamento. Disse ainda ter conhecimento que a maioria das Câmaras Municipais já ultrapassou este problema.-----

-----O Vereador Mário Alves tomando uso da palavra disse existirem duas questões concretas neste problema que na sua opinião os serviços não podem esquecer, e que tem a ver com o PDM, sublinhando que “aquilo que está definido em PDM, está definido no âmbito daquele plano pelo que não se aplica a obrigatoriedade do afastamento dos 50m, nem das invocadas zonas de risco. Mais referiu que a lei aplica-se fora daquilo que está definido como perímetro urbano ou como zona urbanizável ao nível do PDM, salientando que nessa perspectiva “se em zona florestal um individuo por cada 1000 m² só pode ter 15 m² de área de implantação, significa que para ter uma construção de 150 m² tem que ter pelo menos 10.000 m² de área, pelo que, um individuo, com esta área, naturalmente que até é possível aplicar a lei, e a lei não é despicienda”. Mais referiu que “isto é muito fácil no domínio, ou seja, para sermos agradáveis para as pessoas definimos que não são 50 m, mas sim 10/20 m, mas é muito difícil quando amanhã houver um incêndio e “varrer as casas”. Aí é que é difícil explicar o porquê, e depois surgem os problemas”. Por esta razão entende que esta questão tem que ser bem ponderada por quem de direito, solicitando para o efeito um parecer aos Bombeiros Voluntários para que possam ser garantidas condições de segurança a quem pretende construir habitações nestas condições, se elas forem licenciadas pela Câmara Municipal, salientando que este problema não pode ser analisado numa perspectiva de facilitismo.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que este assunto foi discutido em reunião da Comissão de Protecção da Floresta, da qual fazem parte os Bombeiros, sublinhando que o referido parecer já foi emitido. Disse ainda que das reuniões em que esteve presente, sobre esta matéria, tem sido um problema levantado ao nível de todos os municípios, havendo inclusivamente um conjunto de autarquias que têm vindo a contrariar esta disposição legal e não cumprem a lei. -----

-----O Director do Departamento de Administração Geral e Finanças esclareceu que a proposta em causa é no sentido de reduzir a distância uma vez que a lei permite que se efectue essa redução.

-----Ao que o Vereador Mário Alves esclareceu igualmente que não põe em causa a redução da distância, apenas defende que a lei não pode ser aplicada em benefício de uns, lesando terceiros. Explicou ainda que o que está em causa não é a construção mas sim a salvaguarda da construção, sublinhando que “esta lei aparece para salvaguardar os indivíduos do risco de incêndio”. -----

-----O Presidente da Câmara deu conta que a Comissão de Protecção da Floresta também já emitiu um parecer sobre o assunto pelo que, em tempo oportuno, será presente em reunião do executivo.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes, tomando uso da palavra, referiu que, pelo que também já pôde perceber, é um problema que tem a ver essencialmente com construções que estão a ser executadas junto da malha urbana das povoações, ou seja, em zonas limite do PDM. -----

-----O Presidente da Câmara informou ainda os senhores vereadores que está a decorrer o processo de Avaliação do Impacto Ambiental relativo aos projectos IC's 6, 7 e 37, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente, colocando-o à disposição destes para, querendo, consultarem no Departamento dos Serviços Técnicos – Obras Públicas, para que posteriormente possamos tomar posição. Mais referiu que dos corredores que foram colocados à avaliação o IC37 é aquele que no seu entender mais convém ao concelho de Oliveira do Hospital, por isso temos que defender a melhor solução.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**1.2.1 – COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL/2010**-----

-----O Vereador Mário Alves referiu-se às comemorações do 25 de Abril que tiveram lugar no passado fim-de-semana, questionando o Presidente da Câmara sobre a que título é que o Sr. Embaixador de Moçambique esteve cá nesse dia.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que foi uma decisão do executivo em permanência, na perspectiva de “ter alguém exterior que falasse um pouco sobre o 25 de Abril e dos seus efeitos em relação aos países irmãos”. Disse ainda não se ter arrependido por tê-lo feito, uma vez que o Sr. Embaixador fez um discurso que na sua opinião foi brilhante e que enriqueceu as actividades desenvolvidas naquele dia com o testemunho de “uma pessoa que hoje faz parte da construção de um país novo”. Mais referiu que poderiam ter começado pela vinda de outra personalidade, mas calhou, por outras razões, que fosse o Embaixador de Moçambique.-----

-----O Vereador Mário Alves disse ter lido umas notícias nuns jornais acerca de outras coisas, pelo que, fez uma associação e percebeu que “a Câmara Municipal não convidou ninguém...a Câmara Municipal foi a reboque de alguém”. Salientou que na sua opinião “o Sr. Embaixador veio a Oliveira do Hospital, não por convite da Câmara Municipal mas a reboque de determinadas personalidades e de outras coisas que não têm nada a ver com o Município de Oliveira do Hospital”.

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Vereador Mário Alves referiu que “se calhar foi ao contrário” e se fosse necessário, ceder-lhe-ia cópia do convite que a Câmara Municipal endereçou ao Sr. Embaixador, sublinhando que “a Câmara Municipal não anda a reboque de ninguém”. Considera no entanto que as comemorações do 25 de Abril/2010 decorreram com grande dignidade, valorizando o concelho de Oliveira do Hospital. Registou com muito agrado a adesão por parte do público às actividades que foram sendo desenvolvidas ao longo daquele dia.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu que o discurso do Sr. Embaixador foi um dos melhores da sessão solene e entende que é uma data que deve efectivamente ser comemorada. -----

2 - ORDEM DO DIA-----

2.1 - "XIX FESTA DO QUEIJO SERRA DA ESTRELA E OUTROS PRODUTOS DE QUALIDADE" - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----

D.A.G.F./DOC.2

-----Considerando que a “XIX Festa do Queijo Serra da Estrela e Outros Produtos Locais de Qualidade” terá lugar, como habitualmente, no Mercado Municipal, considerando que a venda de peixe (Maria Luísa Marques da Costa Ferreira, residente na Rua das Relvas, nº 32, em Tondela – **Ocup. Bancas nºs 4 e 5**; Coimbras & C.Lda., com sede em Botulho, Tondela – **Ocup. Banca nº 3**; Friserra – Produtos Alimentares, Lda., com sede em Midões, Tábua – **Ocup. Banca nº 6** e Mercado Real – C. Prod. Alimentares Unipessoal, Lda – **Ocup. Bancas nºs 1 e 2**) e fruta (Albertino Oliveira da Cruz, residente em Oliveira do Hospital – **Ocup. Loja Interior nº 8**), não é compatível com a realização daquele evento, considerando que foi obtido o acordo dos respectivos titulares, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 18 de Março de 2010, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que determinou o encerramento daqueles lugares por ocasião da XIX Festa do Queijo e consequente não pagamento das taxas devidas pelos vendedores no mês de Março.-----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves questionou o Presidente da Câmara sobre como é que toma posições pelo executivo, dizendo que isenta, quando essa é uma competência da Câmara Municipal? Prosseguiu referindo discordar com tal atitude, protestando “pela forma como isto foi



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

feito, como foi apresentado, e terem passado já duas reuniões da Câmara Municipal depois da Festa do Queijo e só agora vir este despacho a reunião da Câmara”, declarando votar contra a isenção do pagamento das referidas rendas. -----

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Vereador Mário Alves referiu que “com certeza que ao longo do seu mandato também trouxe aqui ratificações para serem feitas à posteriori pelo seu executivo, e por isso não venha agora acusar-me”. Admitiu no entanto tratar-se de um assunto que já deveria ter trazido a reunião da Câmara Municipal. Deu ainda conta que a negociação em causa foi da responsabilidade da Comissão que organizou a XIX Festa do Queijo. -----

-----Ao que o Vereador Mário Alves considera que ainda agrava mais a situação pelo facto de entender que alguém decidiu pelo Presidente da Câmara, e só depois “lhe trouxe o acto consumado”. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que na perspectiva que o executivo em permanência pretendia realizar a Festa do Queijo não era conveniente que fosse feita a venda do peixe nesse dia atendendo às características do espaço em si, ao contrário do que era feito anteriormente, por falta de acordo com os vendedores para que encerrassem as suas bancas. Referiu ainda admitir de que efectivamente houve um atraso na vinda do assunto a reunião da Câmara Municipal para ratificação, mas mantém a sua proposta inicialmente apresentada ao executivo. -----

-----Interveio o Vereador Paulo Rocha esclarecendo que estas situações aconteceram no mandato anterior por uma questão de agilização dos procedimentos, ou seja, decidindo em tempo oportuno e sujeitando à posterior ratificação da Câmara Municipal, sempre que os assuntos eram urgentes. -----

-----O Vereador Mário Alves clarificou que, dentro desse procedimento, nunca foram feitas quaisquer isenções. -----

-----Ao que o Vereador Paulo Rocha esclareceu que não estava a referir-se a questões de isenções. Mais referiu que, reconhecendo que não era muito agradável a presença dos vendedores de peixe no Mercado no dia da Festa do Queijo, no fundo, e apesar do valor da taxa que é paga pela ocupação das bancas ser reduzida, entende que é desproporcionado isentá-los do pagamento mensal por causa de um dia, sublinhando que “e isso é que me parece que não é muito lógico”. Declarou que por essa razão, e pelo facto de entender que poderia ter sido conseguido o acordo, já que essa era a vontade do executivo em permanência, sem chegar a este ponto, não vota favoravelmente a isenção do pagamento das referidas taxas. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador José Carlos Mendes disse entender que situações desta natureza podem efectivamente surgir. Considera no entanto que, no que diz respeito ao processo em apreço, deveria ter vindo a ratificação na reunião seguinte à Festa do Queijo. Disse ainda reconhecer que não é fácil negociar com as pessoas que estão no Mercado no sentido de que prescindam da venda de produtos em determinado dia que, por conseguinte, até tem muita gente a deslocar-se àquele espaço. Declarou ainda que, por esta razão, e bem assim pelo facto de se entender que esta situação se prolongou e só agora veio ao executivo para ratificação, os vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS, abstêm-se na aprovação da referida isenção. -----

-----O Presidente da Câmara concluiu referindo que, segundo informação que lhe foi transmitida, já em anos anteriores foram feitas tentativas de negociação com o executivo e que “as pessoas nunca anuíram a isto”. Disse igualmente entender que, face aos valores em causa, haveria alguma razão justificativa se os valores fossem muito elevados e que tivessem um impacto financeiro no orçamento do município, salientando que não é o caso. Mais referiu concordar com os Vereadores Paulo Rocha e José Carlos Mendes, pelo facto de admitir que este assunto deveria ter sido sujeito a ratificação da Câmara Municipal, na reunião seguinte à realização daquele evento, pecando efectivamente por ser tardia. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que as declarações do Presidente da Câmara não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

correspondem à realidade porque nunca foi encetada qualquer negociação para que os vendedores de peixe não utilizassem as bancas no dia da Festa do Queijo, salientando que “é falso, porque nunca o Presidente da Câmara de então negociou ou permitiu a quem quer que fosse que negociasse com as senhoras para que elas não estivessem lá no dia da Festa da Queijo”. -----

-----Ao que o Presidente da Câmara dirigindo-se ao Vereador Mário Alves referiu que “tal como aquela de que o Sr. Embaixador de Moçambique em Portugal teria vindo a reboque, essa também foi uma informação que lhe deram mal”. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “não foi uma informação Sr. Presidente, é uma constatação minha, porque ninguém me deu informação nenhuma”. -----

-----Pelo exposto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo e Graça Silva, os votos contra dos Vereadores Mário Alves e Paulo Rocha e as abstenções dos Vereadores José Carlos Mendes e Telma Martinho, aprovar a presente proposta.-----

2.2 - ROTARY CLUB DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - COLOCAÇÃO DE MARCO ROTÁRIO-----

D.A.G.F./Procº33/4

-----Requer autorização para colocação de um Marco Rotário, feito em pedra, simbolizando a roda dentada (símbolo do Rotary Internacional), na rotunda de Gavinhos de Cima, freguesia de Oliveira do Hospital, com a dimensão de 175X55X40, e bem assim a colocação de três placas sinalizadoras/ informativas do local e da hora da realização das suas reuniões semanais. -----

-----Interveio o Vereador Mário Alves referindo que “mais uma vez sou colocado na dita política do acto consumado”. Disse ainda entender que os responsáveis do Rotary Club, antes de terem avançado com a execução do referido Marco, deveriam, antecipadamente, ter solicitado à Câmara Municipal que se pronunciasse sobre o assunto, juntando para o efeito um pequeno projecto relativo à sua pretensão, ou seja, saber se esta autarquia estaria ou não de acordo e disponível para atender ao solicitado de forma a que o assunto pudesse ser discutido em reunião da Câmara Municipal. Mais referiu que este tipo de tramitação teria toda a lógica, sublinhando que “desta forma a autarquia está a ser colocada perante um facto que já existe, uma vez que o dito marco já está a ser executado”. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que esta solicitação foi-lhe transmitida numa reunião realizada com os dirigentes daquele Club nos Paços do Município de Oliveira do Hospital, a quem respondeu que da sua parte não via qualquer inconveniente. Disse ainda ter tido o cuidado de, nessa mesma reunião, informar aqueles responsáveis que, dado tratar-se de uma rotunda, o Marco em causa teria que corresponder a um determinado enquadramento, sugerindo-lhes que efectuassem o pedido por escrito de forma a que fosse devidamente analisado em reunião da Câmara Municipal. Mais referiu que esta é a razão do presente pedido estar hoje a ser analisado neste fórum.-----

-----Sobre o assunto, o Vereador José Carlos Mendes referiu não pôr em causa a validade e as actividades desenvolvidas por este Club no concelho de Oliveira do Hospital, salientando que é muito positivo para o concelho ter uma associação desta natureza em funcionamento e a promover diversas iniciativas que ajudam a promover e a publicitar o nome de Oliveira do Hospital. Disse igualmente concordar com a colocação do referido Marco, sugerindo no entanto que os serviços técnicos da autarquia acompanhem todo o processo para que conjuntamente possam escolher o local e o espaço mais adequado para o efeito, sem ferir a sensibilidade das pessoas. -----

-----O Vereador Mário Alves declarou que a sua abstenção se deve fundamentalmente à não existência de elementos que lhe permitam fazer uma análise daquilo que é pretendido, pelo que, nessa perspectiva pensa que não lhe compete dar “cheques em branco” a ninguém, salientando que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

“gosto de fazer a análise das coisas com os elementos todos que são necessários para que essa análise possa ser efectuada convenientemente e para que a sua decisão em termos de favorável ou não favorável, ou de, neste caso, a abstenção, se possa cingir àquilo que são elementos fundamentais para a análise de situações desta natureza. -----

-----Pelo exposto, o Vereador José Francisco Rolo esclareceu que ontem esteve reunido com os membros do Rotary Club de Oliveira do Hospital, e que estes lhe entregaram um Portfólio com fotografias do monumento em causa, com as dimensões referidas na carta, dando conta que, segundo informação do Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, Artur Abreu, fez chegar esses registos fotográficos ao Arquitecto Carlos Santos para que este verificasse a qualidade do enquadramento e as condições de implantação na rotunda que é sugerida, para que assim seja feita uma adaptação daquilo que é a pretensão do Club com as condições físicas do espaço em causa. Prosseguiu mostrando aos senhores vereadores as fotografias do monumento pretendido. Mais referiu que esse projecto já havia sido apresentado ao Presidente da Câmara Municipal há uns meses atrás, aquando da visita do Presidente do Clube Rotário Português ao concelho de Oliveira do Hospital. Declarou no entanto que, tratando-se de um assunto que foi sendo discutido progressivamente, e que agora é colocado à apreciação e decisão da Câmara, vota favoravelmente ao deferimento do pedido. -----

-----O Vereador Mário Alves disse ainda que nesta situação “o que seria lógico e normal, para se fazer a apreciação, era ter aqui um exemplar dessas fotos para que pudessem ser visualizadas por todos os elementos do executivo e assim se pronunciarem sobre o seu enquadramento e sentido estético, porque são esses os vectores e os elementos que devem ser tidos em conta em análises desta natureza.” -----

-----Colocado o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho, e Paulo Rocha que, no caso deste, declarou votar favoravelmente desde que este processo seja devidamente acompanhado pelos serviços técnicos da autarquia, atendendo à dimensão do referido Marco e bem assim considerando que a rotunda em causa já sofreu um arranjo, no sentido de que além da questão estética seja também acautelada a sua interferência na circulação rodoviária naquele local, e a abstenção do Vereador Mário Alves, deferir o pedido. -----

2.3 - ABERTURA DO MERCADO MUNICIPAL NO DIA 01 DE MAIO DE 2010 (FERIADO NACIONAL - DIA DO TRABALHADOR)-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que apesar de ser Feriado Nacional, o Mercado Municipal encontrar-se-á aberto no próximo dia 01 de Maio. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves referiu que, por uma questão de prudência, sugeria que os sindicatos fossem consultados a este respeito para evitar problemas no futuro com os trabalhadores, pois caso contrário optaria por respeitar o feriado. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes disse acreditar que não iria haver qualquer tipo de problema. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo explicou que esta situação foi devidamente dialogada com todos os intervenientes, esclarecendo que a motivação teve a ver essencialmente no aproveitar o dia para servir os munícipes utilizadores do mercado, proporcionando aos vendedores oportunidades de negócio, à semelhança do que foi feito no ano transacto. Esclareceu ainda que teve o cuidado de alertar o funcionário relativamente ao facto de se tratar de um feriado essencialmente dedicado ao



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

trabalhador o qual poderia resultar em algum mau estar por parte dos sindicatos, o qual respondeu tratar-se de uma situação pacífica, sendo que a opção seria de quem ficar a trabalhar nesse dia. Disse igualmente que não foi levantada qualquer reserva nesse aspecto, sublinhando que o mais importante era servir, quer os vendedores, quer os munícipes oliveirenses. -----

-----O Presidente da Câmara manifestou-se perplexo perante a intervenção do Vereador Mário Alves reconhecer que, desde que o trabalhador que fique ao serviço esteja de acordo com a entidade patronal, não vê qualquer razão para que haja intervenção por parte dos sindicatos pelo facto do Mercado Municipal de Oliveira do Hospital se encontrar aberto nesse dia. Salientou ainda que “é uma situação que para mim não tem qualquer discussão, como não teve no passado com certeza, e que agora se ponha em causa pelo facto de se temer que os sindicatos intervenham relativamente a esta matéria”.-----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que no ano transacto, aquando da abertura do Mercado Municipal no dia 1 de Maio, esse cuidado foi tido e nunca ninguém aqui do executivo alertou para esse facto. Mais referiu que “o senhor vereador explicou que falou com o funcionário, portanto, para mim, o assunto está encerrado. Não queira fazer aqui especulações porque eu não quis utilizar isto para o que quer que fosse, quis apenas perceber. Portanto, senhor vereador falou com o trabalhador, o trabalhador está disponível, para mim está tudo bem”.-----

2.4 - ACCÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM Nº 700/09.0BECBR - AUTORES: SRS. EUGÉNIO BORGES GONÇALVES E OUTROS-----

D.A.G.F./DOC.3

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara uma proposta de acordo, documento que se dá por inteiramente reproduzido ficando a fazer parte integrante desta acta, e que se conclui da seguinte forma, remetida pelo Advogado, António Pinto Correia, relativo à Acção Administrativa Comum nº 700/09.0BECBR, pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, em que são autores os Srs. Eugénio Borges Gonçalves e outros, na sequência de danos provocados por inundação na Farmácia Gonçalves, sita em Oliveira do Hospital, num montante total reclamado de 22.025,57 € (Vinte e dois mil, vinte e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos).-----

-----“a) O Município já executou as obras necessárias que no seu entendimento prevenirão novas inundações com as mesmas causas, o que é reconhecido pelos Autores;-----

-----b) Os Autores reduzem o montante global da indemnização para o valor de 8.000,00 € (Oito mil euros), valor que o Município aceita pagar aos mesmos; -----

-----c) As custas do processo serão suportadas em partes iguais pelos Autores e Município.”-----

-----Sobre o assunto, o Vereador Paulo Rocha questionou sobre se o montante de indemnização solicitado pelos lesados está devidamente fundamentado.-----

-----O Presidente da Câmara informou que os prejuízos resultantes da mencionada inundação estão descritos em processo, dando conta que em reunião realizada com os advogados das partes intervenientes, em que também esteve presente, o Dr. Pinto Correia reconheceu haver grandes probabilidades da outra parte ganhar o processo em Tribunal, tendo inclusivamente referido que havia dado essa informação ao então Presidente da Câmara Municipal, Mário Alves. -----

-----O Vereador Mário Alves dirigiu-se ao Presidente da Câmara dizendo-lhe para que “não fale no Presidente de Câmara anterior”, sublinhando que a opinião do Presidente de Câmara anterior era no sentido de que não deve haver acordo, e que deve ser o tribunal a decidir. Mais referiu que é um assunto que deve ser litigado no Tribunal, razão pela qual o processo foi remetido àquela instância, para que depois não haja leituras relacionadas com o “amiguismo”. O assunto está em Tribunal e eu acho que deve ser o Tribunal a decidir”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara referiu que as leituras podem ser feitas, sublinhando que “como antigamente, fala-se também em leituras de pessoas que eram amigas e que eram perseguidas, são tudo leituras ao contrário. O Sr. Vereador falou mas também há as leituras ao contrário”.-----

-----Interveio o Vereador José Carlos Mendes referindo que, tratando-se de um acordo razoável como é referido no parecer emitido pelo Advogado da Câmara Municipal, não vê qualquer problema em que a proposta apresentada seja aprovada. Reconhece no entanto, no que diz respeito à justiça, desde que seja possível fazer acordos que sejam positivos para as duas partes, devem ser feitos, e não se deve andar a litigar só por litigar. Entende também que, quando os interesses da autarquia não estão minimamente defendidos se deve avançar para os tribunais e não se devem fazer acordos. -----

-----O Presidente da Câmara lamentou não ter solicitado a presença do Dr. Pinto Correia, nesta reunião da Câmara Municipal, para que ele explicasse, na presença dos senhores vereadores, aquilo que ele pensa e que sempre disse relativamente ao processo em análise.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu que a presença do Dr. Pinto Correia, na presente reunião, não iria alterar em nada o seu posicionamento relativamente esta matéria. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que também não pretendia que o senhor vereador alterasse o seu posicionamento, sublinhando que a sua intenção é prestar o máximo de esclarecimentos sobre o assunto para salvaguardar precisamente aqueles pressupostos do “amiguismo” e ditas “leituras”. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que o processo também deveria ter sido apresentado juntamente com uma relação dos danos provocados na referida Farmácia. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou tratar-se de um processo que é do conhecimento do Vereador Mário Alves. -----

-----O Vereador Mário Alves mencionou como exemplo, uma situação semelhante que decorreu de um processo de expropriação na freguesia de Seixo da Beira, em que existia também uma proposta no sentido de se chegar a um acordo, sublinhando que esse acordo não foi feito e a Câmara Municipal acabou por ganhar em Tribunal. Salientou ainda que “em situações de dúvida, não há nada melhor do que o Tribunal decidir”. Afirmou igualmente que no caso em apreço tem sérias dúvidas, nomeadamente quanto aos montantes invocados e ao pedido de indemnização. -----

-----Analisado o assunto em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Telma Martinho, o voto contra do Vereador Mário Alves que o justificou pelo facto de entender que não deve haver acordo, e aguardar que seja o tribunal a decidir, e a abstenção do Vereador Paulo Rocha que a justificou pelo facto de ter sido chamado a assistir à invocada inundação da Farmácia e bem assim pelo facto do seu nome ter sido invocado no processo, concordar com a proposta apresentada, autorizando o pagamento de uma indemnização no montante de 8.000,00 € (Oito mil euros).-----

2.5 - LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA -----

-----2.5.1 - SOMITEL, S.A.-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a concessão da licença para ocupação da via pública com uma área de **5m²**, por tempo indeterminado, para colocação de um balcão publicitário, junto ao seu estabelecimento, sito na Rua Prof. António Garcia Ribeiro Vasconcelos, Lt.36-12B R/C, em Oliveira do Hospital. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Paulo Rocha declarou votar contra a colocação do referido elemento na via pública conforme solicitado, porque, conhecendo o local em causa, lhe parece que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

vai obstruir a possibilidade de circulação dos peões naquele local, e bem assim pelo facto do pedido em causa não fazer qualquer referência ao período de tempo necessário para o efeito, mencionando apenas “por tempo indeterminado”. -----

-----Os Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS referiram subscrever a posição do Vereador Paulo Rocha, salientando que estariam receptivos se se tratasse de uma acção pontual. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo referiu corroborar a declaração dos Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHP, sublinhando que “se fosse para uma acção de lançamento de um produto por um tempo definido que fosse possível analisar, não veria qualquer inconveniente, mas, tratando-se de um pedido por tempo indeterminado também se opõe a que tal seja deferido”. --

-----O Vereador Mário Alves referiu que “à semelhança de igual atitude e igual posicionamento que tomei num espaço contíguo a esse, relativamente a uma esplanada, mantenho o meu posicionamento, e portanto acho que não deve ser reduzida a área de acção dos peões no referido espaço, pelo que voto contra a colocação do invocado elemento no espaço em causa”. -----

-----**Analisado o assunto e colocado à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manifestar a intenção de indeferir o pedido, devendo a interessada ser notificada nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo para, no prazo de 10 dias úteis a contar da data de notificação, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o assunto, sob pena de indeferimento definitivo do pedido.** -----

2.6 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE: -----

-----**2.6.1 – CARLA EDITE AUGUSTO RODRIGUES – “EDIMODAS”**-----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária, no seu estabelecimento sito na Av. Engº Adelino Amaro da Costa Loja 9 C, em Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.** -----

-----**2.6.2 – BONIBRINCA – CONFECÇÕES DE BRINQUEDOS, LDA**-----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária com face única, em propriedade privada, no seu estabelecimento sito na Rua do Castanheirinho, nº5, em Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.** -----

-----**2.6.3 – BRILHO PRÓPRIO, LDA**-----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária com face única, em propriedade privada, no seu estabelecimento sito na Rua do Colégio, nº 8, Lote 4, em Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**2.6.4 – J.G. PHONES, LDA**-----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para colocação de dois reclusos luminosos com uma face, em via pública, no seu estabelecimento, sito na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro. Loja 11B, em Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.** -----

-----**2.6.5 – RESIDENCE – ACESSÓRIOS PARA O LAR, LDA**-----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária, no seu estabelecimento, sito na Rua Prof. Dr. António Ribeiro Garcia de Vasconcelos, nº 15B, em Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.** -----

2.7 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS: -----

-----**2.7.1 - MANUEL PEDRO DA COSTA PERES**-----

D.A.G.F./Proc.30/1

-----No seguimento das deliberações camarárias de 2 e 30 de Março do corrente ano, requer a isenção do pagamento das taxas de ligação de água à casa nº 24 do Bairro João Rodrigues Lagos, em Oliveira do Hospital. -----

-----**Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal de acordo com a informação elaborada pela Técnica de Sociologia, deliberou, por unanimidade e nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas, conjugado com o disposto no Regulamento para Atribuição de Subsídios e Isenção de Taxas a Famílias Carenciadas, isentar o Sr. Manuel Pedro da Costa Peres, do pagamento das despesas inerentes à ligação de água na referida habitação no montante de 28,24 € (Vinte e oito euros e vinte e quatro cêntimos), devendo ser reembolsado da mencionada importância, considerando que já havia efectuado o respectivo pagamento.** -----

2.8 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) INSTITUIÇÕES: -----

-----**A-1) ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NOGUEIRENSE**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Desportiva Nogueirense, um subsídio no montante de **4.340,16 € (Quatro mil, trezentos e quarenta euros e dezasseis cêntimos)**, a título de comparticipação nos custos com os encargos financeiros decorrentes de juros da contracção de um empréstimo, no âmbito do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, celebrado entre o Município de Oliveira do Hospital e aquela entidade. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

----- Neste momento, o Vereador Paulo Rocha deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais. -----

B) AUTARQUIAS: -----

B-1) FREGUESIA DE AVÔ-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Avô, um subsídio no montante de **4.305,00 € (Quatro mil, trezentos e cinco euros)**, como apoio à realização de obras de reconstrução do muro de suporte ao caminho de acesso às Quintas do Carvão e Cabreiro, naquela freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

2.9 - OBRAS PARTICULARES:-----

2.9.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS -----

D.S.T./DOC.4

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 09 e 22 de Abril de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

2.9.2 - CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO DINIS - INSPECCÃO PERIÓDICA DE ELEVADOR - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA -----

D.S.T.

-----Considerando um conjunto de questões levantadas sobre o assunto em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e sob proposta do Presidente da Câmara, adiar a sua análise e discussão para uma próxima reunião a fim de ser emitida informação social sobre o mesmo. -----

2.10- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

2.10.1 - MAPA DE TRANSPORTES -----

D.A.G.F./DOC.5

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 12 e 26 de Abril de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2.10.2 - BLC.CERES.2G - PLATAFORMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO INTERIOR CENTRO -----

D.A.G.F.

-----No seguimento da deliberação camarária de 22 de Dezembro de 2010, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal que a Associação sem fins lucrativos e natureza privada, denominada Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro passou a designar-se de BLC.CERES.2G, dando conta que a escritura de constituição da referida associação será outorgada pelos seus intervenientes logo que esteja reunida toda a documentação necessária para o efeito.-----

3 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES -----

-----3.1 - PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE LAGARES DA BEIRA -----

D.A.G.F./Proc.29/15

-----No âmbito do Programa de Generalização do Ensino Inglês nos 3º e 4º anos e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB e de acordo com a informação elaborada pelos serviços, a Vereadora Graça Silva propôs à Câmara Municipal que atribua ao Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira, um subsídio no montante de **2.740,22 € (Dois mil, setecentos e quarenta euros e vinte e dois cêntimos)** a título de comparticipação nos custos com o pagamento de horas lectivas de actividades de enriquecimento curricular relativas ao 2º período do presente ano lectivo. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----3.2 - PROGRAMA FÉRIAS OCUPADAS – NORMAS REGULAMENTARES -----

D.A.G.F./DOC.6

-----Sob proposta da Vereadora Graça Silva, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar as Normas Regulamentares que regem o Programa “Férias Ocupadas” a desenvolver no corrente ano, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----3.3 - REGULAMENTO DO CONCURSO DE IDEIAS - EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS -----

D.A.G.F.

-----A Vereadora Graça Silva distribuiu pelos Vereadores cópia do Regulamento em epígrafe, para análise e aprovação. -----

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal, deliberou, por todos os membros presentes, adiar a discussão deste assunto para uma próxima reunião do executivo, para que os membros do executivo pudessem analisar os documentos e efectuar eventuais sugestões.-----

4 - OUTROS ASSUNTOS:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sob proposta do Presidente a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

4.1 – INFORMAÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

-----4.1.1 – ACCÇÃO DE FORMAÇÃO SOBRE O MODELO DE GESTÃO FINANCEIRA DAS FREGUESIAS NO ÂMBITO DO REGIME SIMPLIFICADO DO POCAL – PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS -----

D.A.G.F./Proc.1/5-1

----- O Vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal da realização de uma acção de formação direccionada aos membros de executivo das Juntas de Freguesia, no âmbito do modelo de gestão financeira das freguesias sobre o regime simplificado do POCAL, a qual terá lugar nos próximos dias 29 e 30 de Abril do corrente ano, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

4.2 – INFORMAÇÃO DA VEREADORA GRACA SILVA-----

D.A.G.F.

----- A Vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal que o Jardim-de-infância sito no Vale do Ferreiro, em Oliveira do Hospital, foi alvo de furto.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

4.3 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - INFORMAÇÕES/ CONVITE -----

D.A.G.F.

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal que através de um acordo verbal efectuado com o director da “Volta a Portugal em Bicicleta” e bem assim director da empresa PAD – Promoção de Actividades Desportivas, Joaquim Gomes, conseguiu que uma das finais de etapa do “2º Grande Prémio Liberty Seguros” seja efectuada no concelho de Oliveira do Hospital, gratuitamente, e que em contrapartida a Câmara Municipal oferecerá um almoço ou um jantar aos membros da organização daquele evento, como prova de agradecimento.-----

----- Informou igualmente que no próximo dia 5 de Maio será efectuada a apresentação do novo dispositivo da Protecção Civil do Distrito de Coimbra, a qual decorrerá na Praça Central da cidade de Oliveira do Hospital, durante o período da manhã, e que no âmbito desta apresentação irão ainda estar presentes todas as Corporações dos Bombeiros Voluntários do Distrito de Coimbra que irão desfilar com todas as suas viaturas nas ruas da cidade, convidando os senhores vereadores a estarem presentes na referida cerimónia.-----

----- Deu ainda conta que a reunião extraordinária agendada para o próximo dia 29 de Abril de 2010, terá lugar pelas 10.00 horas. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----



REUNIÃO ORDINÁRIA DE
27 DE ABRIL DE 2010

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **doze horas e quarenta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 27 de Abril de 2010** -----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
27 DE ABRIL DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**